



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: 1005324-46.2016.8.26.0566
 Classe - Assunto: **Inventário - Inventário e Partilha**
 Inventariante: **Milene Xavier (M. X.)**, CPF 308.501.688-05
 Inventariado: **José Francisco Xavier**

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Trata-se de procedimento de arrolamento (artigos 659/663, do CPC), cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls. 61/67, a qual deverá ser rerratificada nos limites apontados no parecer do MP exarado à fl. 74. Exibiram certidões negativas de fls. 19 e 21.

HOMOLOGO, por sentença, o plano de partilha de fls. 61/67 para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, com a seguinte ressalva: "não é possível a alienação do imóvel do item "II, ii", objeto da matrícula nº 144.490 do CRI loca, no que toca a quota parte do herdeiro incapaz José Alessandro Xavier. Como se trata de curatelado, a disposição de sua quota parte (**1/7 da nua-propriedade**) do imóvel deverá ser requerida perante o Juízo em que o procedimento de interdição tramitou, formulação em apenso a este, sendo apropriado o pedido de alvará e avaliação do imóvel e depósito em juízo de sua quota parte (artigo 1.750 c/c 1.781 do Código Civil). Desta forma, no plano de partilha, **fica preservada sua quota parte**, não havendo empecilho no que tange à disposição dos demais herdeiros maiores e capazes."

Intimem-se a inventariante e herdeiros para exibirem as certidões negativas de tributos municipais, bem como para complementarem o recolhimento das custas processuais (taxa judiciária e CPAs). Pela natureza do pedido o valor da taxa judiciária se enquadra na descrição nº 6 da tabela do TJSP, ou seja, "...6) Inventários, arrolamentos e nas causas de separação judicial e de divórcio, **e outras**, em que haja partilha de bens ou direitos...". (**TAXA JUDICIÁRIA**: Monte-mor de R\$ 50.001,00 até R\$ 500.000,00: 100 UFESPs, para o exercício de 2016, o valor da UFESP é de R\$ 23,55 = R\$ 2.355,00 – R\$ 1.412,00 recolhido a fl. 68/70 = **R\$ 943,00**: Guia **DARE-SP**, código 230-6 **). O valor da CPA é de R\$ 20,00 por mandante (11 X valor da taxa = **R\$ 220,00**). Tem 5 dias para recolher o complemento das custas, sob pena de expedição de certidão para inscrição em dívida ativa.

A inventariante deverá, em 10 dias, exhibir a certidão de existência

1005324-46.2016.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

(ou inexistência) de testamento público em nome da inventariada, a ser obtida por meio de cadastro e requisição na página da CENSEC, pelo link <http://www.censec.org.br/Cadastro/CertidaoOnline/SolicitacaoTestamento.aspx>. Outras informações importantes sobre a pesquisa podem ser obtidos em <http://www.censec.org.br/Cadastro/CertidaoOnline/InformacoesTestamento.aspx>.

Depois que a inventariante e herdeiros atenderem aos parágrafos anteriores, o cartório deverá lançar a respectiva certidão comprobatória dessa regularização, e só então os herdeiros ficarão autorizados a obterem o formal de partilha no Tabelionato de Notas, consoante as Normas do Extrajudicial expedidas pela E. CGJ. O Tabelionato solicitará (por e-mail) senha ao Cartório como de praxe.

Observo que o Fisco Estadual **recebeu senha** para o livre acesso a estes autos, conforme fls. 76/77, para adotar as providências necessárias visando ao lançamento administrativo do ITCMD, consoante o § 2º, do art. 662, c/c § 2º do art. 659, do NCPC. Essa questão não se submete ao crivo judicial nestes autos.

Diante da consensualidade em destaque, a publicação desta sentença nos autos gerará AUTOMATICAMENTE o seu trânsito em julgado (**dispensando a serventia de expedir certidão específica**).

P. I. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, oportunamente.

São Carlos, 27 de novembro de 2016

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**